

XVII Concurso - Prova Escrita Preliminar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO

Prova escrita preliminar - 9.10.94

1a. questão: Direito Penal Comum: Valor - 5 pontos

CAIO e TÍCIO, animus necandi, ignorando cada um deles a conduta do outro, mediante emboscada, desfecham disparos contra MÁRIO, que veio a ser atingido pelo projétil de uma das armas, não se apurando, contudo, de qual.

Momentos antes, CAIO confidenciara o seu propósito criminoso ao policial civil MÉVIO, que se achava em serviço nas proximidades, sendo a conversa, sem que ambos percebessem, escutada pelo bancário SÍLVIO da janela de sua residência.

Do local onde se encontravam, MÉVIO e SÍLVIO assistiram passivamente ao evento.

Acreditando que MÁRIO estivesse morto, CAIO, TÍCIO e MÉVIO saíram do local, enquanto SÍLVIO, ignorando o pedido de auxílio da vítima, retirou-se para o interior de sua casa.

Decorridos trinta minutos, MÁRIO foi socorrido por terceiros, vindo a falecer ao dar entrada no hospital do Andaraí, em consequência dos ferimentos sofridos e da ausência de pronta assistência.

Recebendo os autos do inquérito policial, como Promotor de Justiça, firme sua opinião delicti a respeito das condutas perpetradas por CAIO e TÍCIO, indicando os dispositivos legais pertinentes.

Justifique sucintamente a resposta, não se fazendo necessária a elaboração de peça técnica.

2a. questão: Direito Penal Comum: Valor - 5 pontos

Calcado nos fatos articulados na questão anterior, como Promotor de Justiça, firme sua opinião delicti a respeito das condutas praticadas por MÉVIO e SÍLVIO, indicando os dispositivos legais pertinentes.

Justifique sucintamente a resposta, não se fazendo necessária a elaboração de peça técnica.

3a. questão: Direito Penal Especial: Valor - 5 pontos

No ano de 1987, prefeito de certo município do interior do Estado determinou a demolição da loja e a cassação da licença de funcionamento da livraria nova que lá funcionava, situada em imóvel construído, segundo os servidores municipais, em desacordo com as posturas estabelecidas na legislação municipalista, entendendo, ainda, que a mencionada licença foi conseguida através de meios irregulares. O proprietário, indignado por jamais ter sido ouvido sobre os fatos, representou ao Ministério Público que decidiu por denunciar o prefeito por abuso de autoridade. O prefeito alegou que, muito embora não tenha havido o regular procedimento administrativo, e tampouco lavratura de autos de infração, saltava aos olhos de todos as irregularidades da obra construída, bem como do comércio cuja licença cassou. O juiz rejeitou a denúncia, alegando tratar-se de mero ilícito administrativo e que o proprietário poderia postular, no Juízo Cível, a indenização que entendesse devida.

Como deveria ter se posicionado o Promotor de Justiça face a rejeição da denúncia? Resposta objetivamente justificada.

4a. questão: Direito Penal Especial: Valor - 5 pontos

O Código Penal Militar estabelece norma distinta do Código Penal (comum) no que se refere a situação de perigo causada pelo agente no estado de necessidade? Resposta objetivamente justificada.

5a. questão: Direito Processual Penal : Valor - 5 pontos

Como resolver o impasse processual criado caso o Ministério Público recuse aditar a denúncia na hipótese contemplada no art. 384, parágrafo único, do Código de Processo Penal?

Resposta objetivamente justificada.

6a. questão: Direito Processual Penal : Valor - 5 pontos

Em apelação exclusiva da acusação, pode o Tribunal absolver o réu? Resposta objetivamente justificada.

7a. questão: Direito Processual Penal : Valor - 5 pontos

É válido o reconhecimento de pessoa feito mediante fotografia? Resposta objetivamente justificada.

8a. questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

O que é liberalidade inoficiosa? Qual a consequência jurídica da sua ocorrência? Resposta objetivamente justificada.

9a. questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

É legítima a aplicação da plusvalia na desapropriação?

Sim ou não, por quê?

10a. questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

Dispondo o co-herdeiro de liberdade para ceder a terceiros seus direitos hereditários, sem afronta prévia aos demais herdeiros sucessíveis, qual a consequência jurídica se o fizer sobre determinado bem, individualizadamente, da herança? Resposta objetivamente justificada.

11a. questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações que visam anulação de escritura de compra e venda de imóvel entre partes capazes? Resposta objetivamente justificada.

12a. questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

Julgada procedente Ação de Alimentos proposta por Y.F., esta requereu a liquidação da sentença. Homologados os cálculos, X.F. recorreu, sendo certo que não lhe foi favorável a decisão de segundo grau de jurisdição. Voltando os autos à vara de origem, Y.F. promoveu a execução da sentença, já que não pagas as prestações alimentícias. Mais

uma vez, X.F. impugnou os cálculos do contador. Como foi desacolhida sua impugnação, interpôs novo recurso.

São cabíveis ambos os recursos? Em caso de resposta afirmativa, indique, fundamentando objetivamente, qual (is) o(s) recurso(s) cabível (is).

13a. questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

A ação de enriquecimento sem causa (actio in rem verso), pode ser ajuizada contra o avalista ou o endossante de título cambial prescrito? Indique as disposições legais pertinentes, justificando objetivamente a resposta.

14a. questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

Túlio, titular de uma firma individual com sede nesta cidade, devidamente inscrita no registro respectivo, sendo credor da firma Franca Comercial LTDA., por nota promissória emitida regularmente e com observância das formalidades estabelecidas no Decreto-Lei n. 7.661, de 15.06.45, embora o título não estivesse protestado, requereu em 26.05.94 a falência da devedora, em razão de um protesto efetuado por Marcelo, credor de outro título da citada firma - também emitido regularmente - o qual, não tendo recebido o que lhe era devido, requerera a falência da devedora comum em 21.05.94.

Opondo-se ao pedido de falência manifestado por Túlio, a devedora, Franca Comercial LTDA., alegou que o título de Marcelo, embora vencido e protestado, já havia sido pago, exibindo a respectiva quitação, datada de 28.05.94, sustentando que, à vista disso, seria incabível a decretação de sua falência, inclusive porque o título de Túlio não estava sequer protestado.

Os autos foram remetidos ao representante do Ministério Público, para que este se manifestasse. Como o candidato se pronunciaria? Resposta objetivamente justificada.

15a. questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

Determinada entidade de classe, com representantes nos Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, arguiu junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (local da sede da referida entidade), através de ação direta, a inconstitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal. Opine objetivamente sobre o cabimento da ação, tendo em vista a capacidade postulatória, e, ainda, sobre a competência para o respectivo julgamento.

16a. questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

O Poder Público Municipal de cidade com cerca de 30.000 (trinta mil) habitantes, considerando que o proprietário de determinado imóvel urbano não atendeu ao adequado aproveitamento do solo, dentro de princípios traçados no Plano Diretor, decretou a desapropriação do referido bem, através de pagamento com títulos da dívida pública, com prazo de resgate de 5 (cinco) anos.

Pergunta-se: o ato municipal é constitucional, frente ao princípio consagrado no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal? Resposta objetivamente justificada, com indicação dos dispositivos constitucionais cabíveis.

17a. questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

É admissível mandado de segurança em que se impugna a validade de disposição integrante de ato que disciplina concurso público de provas e títulos? Resposta objetivamente justificada.

18a. questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

Tem fundamento no poder de polícia a rescisão de contrato administrativo por ato da Administração em virtude de descumprimento de cláusula do mencionado contrato pelo contratado? Resposta objetivamente justificada.

19a. questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

O Promotor de Justiça que tenha atuado em inquérito policial, pode servir como testemunha na ação penal posteriormente ajuizada por outro órgão do Ministério Público? Resposta objetivamente justificada.

20a. questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Qual a natureza da atuação do Ministério Público no segundo grau de jurisdição, quando, na instância inferior, o órgão ministerial houver atuado como substituto processual ou protetivamente a um incapaz? Resposta objetivamente justificada.

B O A S O R T E !